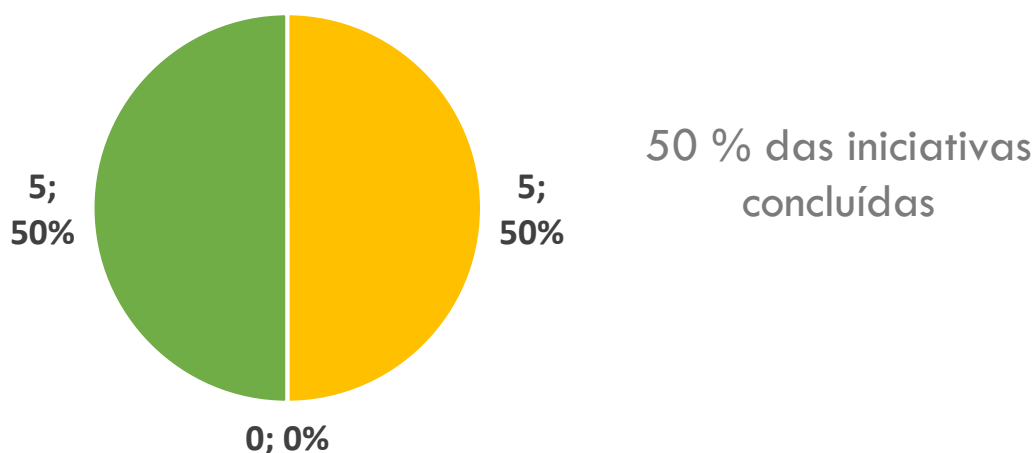




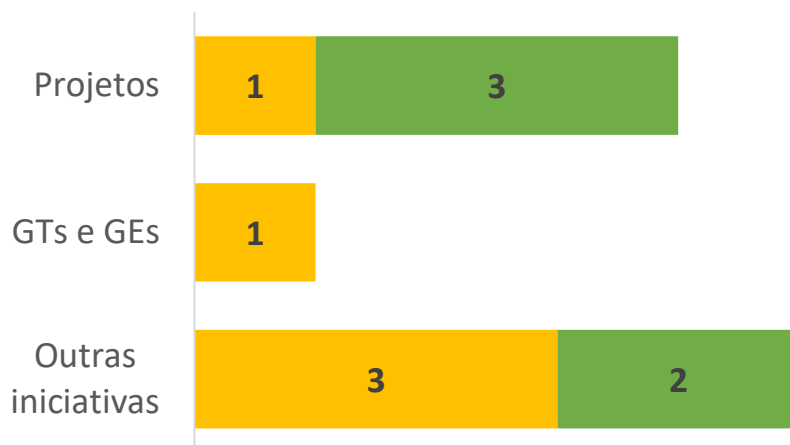
# PLANO DE AÇÃO 2022/2023 MONITORAMENTO

**Coordenadoria Nacional do Trabalho Portuário e  
Aquaviário (CONATPA)**

# Panorama das iniciativas da Coordenadoria



## Situação por tipo de iniciativa



■ Não iniciado ■ Em andamento ■ Suspenso/cancelado ■ Concluído

# CONATPA

Coordenadores(as): Gustavo Luis Teixeira das Chagas/Alexandre Marin Ragagnin

## 1. Projetos Nacionais/GAETs

1.1 Mar a Mar	Responsáveis Augusto Grieco Sant'anna Meirinho (Gerente) Mauricio Coentro Pais de Melo (Vice Gerente)	Prazo 01/2023	Concluído
<p><b>Objetivo:</b> Estabelecer estratégias de atuação para realização de ações em âmbito nacional que visem a promoção e melhoria de condições de trabalho a bordo dos navios, seja nos navios de cruzeiro, nas embarcações de apoio marítimo, apoio portuário, longo curso, cabotagem e navegação em rios e hidrovia.</p>			
<p><b>Monitoramento 1º/2023:</b> Foi solicitada a prorrogação do projeto para mais um biênio, pois entende a Conatpa que as questões afetas à realidade dos trabalhadores aquaviários necessitam de enfrentamento estratégico e proativo. O pedido está formalizado no PGEA 20.02.0001.0008983/2020-65, no qual foi apresentada a avaliação referente aos resultados verificados no ano de 2022. Nesse ponto, destacam-se as diversas Notícias de Fato autuadas a partir da análise de informações, obtidas junto aos sistemas informativos dos órgãos parceiros (fruto de parceria institucional consolidada em Acordo de Cooperação Técnica com a ANTAQ), a respeito da chegada de embarcações incluídas em categoria de risco de acordo com protocolos internacionais. Esse tipo de análise nunca havia sido feita pela Conatpa antes da instituição do Projeto Mar a Mar. Ainda, vale destacar que o projeto possui baixo custo à Administração, porque é lastreado em análise de dados fornecidos digitalmente sobre embarcações que ingressam no país e não tem como escopo principal a realização de forças-tarefas, as quais, consideradas isoladamente no setor de navios, teria um potencial de benefício de um número muito limitado de trabalhadores. Entende a Conatpa que o Projeto ainda pode avançar mais, caso tenhamos acesso a outros dados que podem ampliar o trabalho delimitado no plano de ação. Uma das principais iniciativas para 2023 e 2024 é a assinatura de ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA a ser firmado com a Secretaria de Portos e Transportes Aquaviários (em tratativas), para que o MPT possua acesso ao sistema PORTO SEM PAPEL, que contém informações de todos os navios que entram em mar territorial brasileiro, inclusive com informações sobre a tripulação a bordo.</p> <p><b>Monitoramento 2º/2023:</b> O Projeto foi sensivelmente alterado no que tange ao seu escopo, tendo sido a prorrogação do Projeto deliberada pelo CARI, e aprovado para execução dos GAETs no biênio 2024/2025. Em relação ao ACT a ser firmado com a Secretaria de Portos e Transportes Aquaviários, foram realizadas reuniões entre a coordenação nacional e a referida Secretaria, encontrando-se em nível avançado para sua concretização.</p>			

1.2 Ouro Negro

Responsáveis

Prazo

Em andamento

	Júnia Bonfante Raymundo (Gerente) Fabio Mobarak Iglessia (Vice Gerente)	12/2023	
--	--	---------	--

**Objetivo:** Preservar a segurança, a saúde, o bem-estar dos trabalhadores a partir do estabelecimento de estratégias de atuação conjunta do Ministério Público do Trabalho em âmbito nacional, além da manutenção e renovação de parcerias sólidas com órgãos reguladores do setor de produção e exploração do petróleo com vistas à modelação de um meio ambiente de trabalho seguro e saudável e de relações de trabalho protegidas.

**Monitoramento 1º/2023:**

O projeto Ouro Negro consolidou-se na indústria do óleo e gás, devido à sua importância para melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores do setor *offshore*, na medida em que viabilizou ações coordenadas por parte de todos os órgãos parceiros nas respectivas áreas de atuação. Foi escolhido para ser tema da capacitação da Conatpa no primeiro semestre de 2023 e também da primeira HQ lançada pela Coordenadoria. A avaliação de resultados referentes ao ano de 2022 foi apresentada no PGEA 20.02.0001.0001353/2018-53. Pretende a Conatpa seguir implementando o Projeto nesse setor de alto risco e que tem beneficiado milhares de trabalhadores ao longo dos anos.

**Monitoramento 2º/2023:**

Trata-se de projeto interinstitucional desenvolvido em parceria com Inspeção do Trabalho, ANP, IBAMA, Marinha do Brasil e ANVISA em constante aprimoramento. Hoje, mais que um Projeto do MPT, é reconhecido na indústria do offshore como “Ação de Estado”. O Acordo de Cooperação firmado pelos parceiros está sendo prorrogado neste mês de dezembro de 2023.

O Novo Plano de Trabalho é submetido ao CARI e mantém as diretrizes do anterior, por se tratar de trabalho realizado em parceria e com sucesso entre os parceiros externos.

Recebeu o “certificado de Boas Práticas” do CNMP em 5/12/2023, reconhecido por se destacar pela promoção de ações proativas e resolutivas na defesa dos direitos fundamentais da sociedade brasileira.

As metas foram alcançadas, entretanto, os indicadores sofreram alteração para o próximo período uma vez que os parceiros entendem que não é mais necessário um grande número de embarques para verificação e superação das irregularidades. Há parceiros que efetuam embarques regulares como Marinha, IBAMA e ANP e a maturidade da parceria permite que uns verifiquem os atributos de todos. O mais importante é o intercâmbio de informações entre os órgãos e a tomada de decisão em conjunto para segurança do ambiente de trabalho e de negócios.

<b>1.3 Portos Seguros</b>	<b>Responsáveis</b> Marcelo Crisanto Souto Maior (Gerente) Flávia Oliveira Veiga Bauler (Vice-Gerente)	<b>Prazo</b> 01/2024	<b>Concluído</b>
---------------------------	--	-------------------------	------------------

**Objetivo:** Estabelecer estratégias de atuação do MPT, em âmbito nacional, no combate à falta de segurança nas operações portuárias, seja nos terminais privativos ou nos terminais públicos, buscando-se, desta forma, proteger à saúde e à própria vida dos trabalhadores avulsos ou vinculados que se ativam nas operações portuárias.

**Monitoramento 1º/2023:**

O prazo de vigência do projeto se encerrou, tendo a Conatpa solicitado sua prorrogação por mais um biênio, embora já tenha sido prorrogado uma vez, pois a pandemia de covid-19 impediu que fossem realizadas Forças tarefas para inspeção dos portos públicos e terminais privados do país, sendo essas operações a principal fonte dos resultados obtidos pelo Projeto. A avaliação referente ao ano de 2022 foi apresentada no PGEA 20.02.0001.0002031/2017-83, nela constando informações específica sobre as operações. Várias operações estão previstas para este ano de 2023. Com isso a Conatpa pretende verificar *in loco* as condições de saúde e segurança dos trabalhadores portuários de todos os principais portos do país. Destaca-se que, ao contrário do Projeto Mar a Mar, o Projeto Portos Seguros possui foco central na realização de forças-tarefas, com potencial de benefício de milhares de trabalhadores em cada operação realizada, uma vez que em cada porto ou terminal, em geral, são dezenas de empresas que operam a atividade portuária.

#### **Monitoramento 2º/2023:**

O Projeto foi deliberado e aprovado pelo CARI para execução pelos GAETs no biênio 2024/2025. As ações e resultados foram cumpridos mas a execução do Projeto será consideravelmente melhorada a partir da reformulação dos indicadores e das metas, que serão executados no biênio 2024/2025. Percebeu-se que o número de inspeções realizadas não se mostrou um indicador razoável em plano nacional. Cada regional ostenta as suas especificidades, seja pelo maior ou menor número de Portos Organizados ou Terminas de Uso Privado. Assim, a partir da atualização do Plano de Trabalho para o biênio 2024/2025 (já realizado), manteve-se como indicador o número de reuniões realizadas com os atores sociais do setor portuário e substitui-se o número de inspeções pelo número de audiências para tratar de eventuais irregularidades encontradas em instalações portuárias na qual se verificou as condições do meio ambiente do trabalho, e que foi firmado TAC ou ajuizada Ação Civil Pública.

Em linhas gerais, as atividades desenvolvidas pelos GAETs na execução do projeto em 2023 ocorreram de forma satisfatória. Percebeu-se uma grande interlocução dos membros com os demais atores sociais envolvidos no trabalho portuário, notadamente com os OGMOS, os sindicatos e federações dos trabalhadores e dos operadores portuários e com as autoridades portuárias. Este fato é perceptível pelo número de reuniões realizadas no período, muitas vezes superando a meta semestral definida no projeto. O Ministério Público do Trabalho, através do “indicador 2” (número de reuniões realizadas), tem se firmado cada vez mais também como um órgão interlocutor no setor portuário, atingindo a resolutividade em suas ações.

<b>1.4 Santiago</b>	<b>Responsáveis</b> Allan de Miranda Bruno (Gerente) Ulisses Dias de Carvalho (Vice Gerente)	<b>Prazo</b> 01/2024	<b>Concluído</b>
---------------------	--	-------------------------	------------------

**Objetivo:** Estabelecer estratégias de atuação para realização de ações em âmbito nacional que visem a promoção e melhoria de condições de trabalho dos pescadores, combatendo o meio ambiente de trabalho precário.

#### **Monitoramento 1º/2023:**

O início da execução do projeto se deu recentemente, porém já com resultados muito fortes e consistentes. Quatro Forças-tarefas foram realizadas em 2022/2023, para verificar a situação da pesca do camarão na Lagoa dos Patos/RS e região de Bragança e Augusto Correia/PA. Como fruto das operações, foram lavrados mais de 30 TACs com a indústria da pesca. Além disso, como fruto do trabalho desenvolvido no Projeto Santiago em parceria com a Marinha do Brasil e o Ministério do Trabalho e Emprego, no primeiro semestre do ano de 2023 já foram habilitados mais de cinquenta pescadores, os quais exerciam suas atividades à margem da habilitação exigida pela Diretoria de Portos e Costas. Em paralelo, o MPT, através do Projeto, firmou parceria com a Polícia

Federal para aprofundar a investigação da cadeia produtiva na pesca da lagosta, bem como com a Marinha do Brasil, a fim de realizar uma cooperação mútua para fiscalização das condições de trabalho na pesca e combate à pesca irregular por meio de equipamentos inseguros aos trabalhadores.

### **Monitoramento 1º/2023:**

A Coordenação Nacional e a Gerência do Projeto entenderam que havia necessidade de um recorte estratégico, com a delimitação do objeto (pesca industrial), seja com o estabelecimento de novos indicadores.

Embora o projeto tivesse como eixos de atuação a prevenção e conscientização, bem como articulação com órgãos parceiros, realização de audiências públicas e seminários, o indicador adotado era exclusivamente a realização de inspeções, inerente à atividade investigatória e de fiscalização. Ainda, é importante ressaltar que o projeto era implementado apenas no Ofício GAET da Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região.

Dessa forma, visando o aprimoramento da atuação e atingimento de resultados relevantes para a sociedade, a Coordenação Nacional apresentou na 2ª Reunião Nacional de 2023 proposta de alteração dos objetivos específicos do projeto. A utilização de ferramentas eletrônicas e requisição de documentos às Secretarias da Fazenda e Ministério da Pesca e Aquicultura permitem o mapeamento da cadeia de suprimento de pescado às empresas de processamento, possibilitando que o membro ou membra responsável pela execução do projeto defina em face de quais pessoas físicas ou jurídicas que desenvolvem a atividade da pesca extrativa industrial será instaurado o procedimento investigatório.

A mudança de paradigma de atuação se fez necessária. Primeiro, porque a realização de inspeção física não poderia ser a única métrica para medir os resultados do projeto, também não representando todos os atos empreendidos para a implementação do projeto, pois não contemplada a atividade promocional. Segundo, porque haveria que se otimizar os recursos públicos. E terceiro, haveria que se fomentar a utilização de ferramentas tecnológicas, com a atuação em evidências para maximizar os resultados do projeto.

Assim, o Projeto foi reformulado. Não houve ruptura, mas delimitação, uma vez que estratégias anteriormente estabelecidas continuam sendo implementadas através da análise de dados, sendo as inspeções realizadas somente nos casos que seja necessária a fiscalização das embarcações in loco. O Projeto mantém o objeto definido, estabelecendo estratégias de atuação para realização de ações em âmbito nacional que visem a promoção e a melhoria das condições de trabalho dos pescadores, combatendo o meio ambiente de trabalho precário e, ainda, ao fomento de boas práticas junto aos Coordenadores Regionais e membros que atuam nos núcleos CONATPA nas Procuradorias Regionais do Trabalho.

Entretanto, o foco passou a ser o mapeamento da cadeia produtiva visando a atuação promocional e regularização das condições de trabalho, bem como a atuação investigatória em face de pessoas físicas ou jurídicas e utilizam embarcações de médio ou grande porte, com finalidade comercial.

## **2. Grupos de Trabalho/Grupos de Estudos**

2.1 GT Escalpelamento por Embarcações	<b>Responsáveis</b> Flávia Oliveira Veiga Bauler (Coordenador)	<b>Prazo</b> 12/2023	<b>Em andamento</b>
---------------------------------------	---	-------------------------	---------------------

**Objetivo:** Mapear as ocorrências de escarpelamentos por embarcações em águas jurisdicionais brasileiras; apresentar diagnóstico do problema de escarpelamento por embarcações no território nacional; sistematizar os procedimentos de atuação promocional e investigativo do Ministério Público do Trabalho no que se refere ao escarpelamento por embarcações; acompanhar os procedimentos e ações em curso na Região Norte do Brasil; colaborar com o desenvolvimento de projeto interinstitucional com a participação da OIT voltado para a inserção no mercado de trabalho das vítimas de escarpelamento por embarcações; contribuir na elaboração de políticas públicas de proteção e acesso a direitos sociais das pessoas vítimas de escarpelamento por embarcação; estimular as Organizações de Marinha que exercem atribuições da Autoridade Marítima ligadas à segurança do tráfego aquaviário para fiscalização das embarcações potencialmente geradoras de acidentes com escarpelamento; interceder junto às prefeituras municipais que utilizam transporte escolar por embarcação para exigir que as embarcações possuam proteção adequada das partes móveis (possibilidade de parceria com Ministérios Públicos Estaduais) - GT/PRT8; atuar junto ao Congresso Nacional para monitoramento de Projetos de Lei que envolvam direitos das pessoas vítimas de escarpelamento; articulação com a Previdência Social/INSS para enquadramento das vítimas de escarpelamento como pessoa com deficiência ou reabilitada para efetivação de seus direitos sociais (benefícios da Seguridade Social) e acesso ao emprego; colaborar com o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para prevenção de assédio moral (bullying) nas escolas em relação às crianças e adolescentes vítimas de escarpelamento; dar seguimento ao projeto de inclusão no mercado de trabalho/empregabilidade em cooperação a Organização Internacional do Trabalho; elaborar com a SECOM e divulgar a campanha nacional com vídeos e cards; articular acordo de cooperação técnica com a Cruz Vermelha e fomentar destinações para ações de combate ao escarpelamento; fomentar destinação de equipamentos de proteção do eixo do motor à Marinha do Brasil, para que sejam utilizadas nas campanhas junto às comunidades ribeirinhas; participação do MPT nas campanhas da Marinha junto às comunidades; elaboração de Cartilha de prevenção ao escarpelamento e HQ sobre o tema; e fomentar diagnóstico de trabalho infantil junto à comunidade ribeirinha e promover ações dentro das atividades do MPT na Escola.

**Monitoramento 1º/2023:**

O Grupo de Trabalho atualmente se encontra com pouco engajamento de alguns membros que o compõem, mesmo assim, apresentou resultados esperados, especialmente relacionados à elaboração de HQ de combate ao escarpelamento, destinações para compra de equipamentos de eixo do motor, campanha nacional com folders de combate ao acidente.

**Monitoramento 2º/2023:**

Segundo dados inseridos pela Coordenadora do referido GT no PGEA nº 20.02.0200.0002854/2018-94, foram concluídas as seguintes atividades:

- 1) Definir as atividades que serão realizadas por cada integrante em reunião agendada para este fim;
- 2) Elaborar o Plano de Atividades do GT, submetendo à aprovação dos integrantes do GT;
- 3) Verificar com a PRT08 se as HQs produzidas estão na Regional e/ou se já foram distribuídas e para quais entidades;
- 4) Realizar pesquisa no Tribunal Marítimo sobre Acórdãos envolvendo acidente de escarpelamento e enviar ao Grupo para análise;
- 5) Ressaltar a importância de que os integrantes da PRT8 participem das discussões sobre o escarpelamento por embarcações e um dos membros ou membros da Regional apresentem o MPT perante a Comissão.

- 6) Articular com a Marinha para a inclusão de perguntas sobre o diagnóstico do trabalho no inquérito que investiga o fato da navegação – expedidos ofícios no período;
- 7) Buscar contato com servidores do antigo Ministério das Mulheres, Família e Direitos Humanos buscando informações sobre execução do ACT
- 8) Elaborar Relatório de Avaliação Anual/Pedido de Reinstituição do GT;
- 9) Distribuir de forma eficiente e estratégica as HQs impressas pela PGT.
- Consta, ainda, no sobredito PGEA a seguinte apresentação de resultados:
- a) Completamente alcançados:
- Realizar reuniões para união do Grupo e compartilhamento de resultados;
  - Elaborar o Plano de Trabalho do GT, submetendo à aprovação dos integrantes do Grupo.
- b) Parcialmente alcançados:
- Conscientizar a população sobre as formas de prevenção ao escarpelamento;
  - Reinsere as mulheres no mercado de trabalho;
  - Combater o trabalho infantil a bordo de embarcações;
  - Articular com a Marinha do Brasil para fomentar ações de combate ao escarpelamento;
  - Promover parcerias interinstitucionais para realização de cursos às mulheres vítimas de escarpelamento.

### 3. Outras iniciativas

<b>3.1 Execução dos ACTs firmados com a Marinha do Brasil, a ANTAQ e o MMFDH.</b>	<b>Responsáveis</b> Coordenadores Nacionais	<b>Prazo</b>	<b>Em andamento</b>
<b>Objetivo:</b>			
<p><b>Monitoramento 1º/2023:</b></p> <p>O ACT firmado com a Marinha do Brasil possibilitou a Conatpa realizar várias operações conjuntas para verificar as condições de saúde e segurança dos mergulhadores, espécie do gênero aquaviário, na atividade de garimpo fluvial no Estado do Mato Grosso. A operação no Rios Teles Pires aconteceu de 5 a 8 de junho de 2022 e resultou na celebração de um termo de ajuste de conduta com a Cooperativa de Pequenos Mineradores de Ouro e Pedras Preciosas de Alta Floresta e outros Municípios – COOPERALFA, investigada em diversos procedimentos em trâmite na PTM de Alta Floresta. Atuação que foi, inclusive, afeta a um Grupo Especial de Atuação Finalística – GEAF/Garimpo em razão de sua relevância. A operação no Rio Peixoto Azevedo aconteceu em dois momentos, de 6 a 9 de dezembro de 2022 e 22 a 26 de maio de 2023. As balsas em atividade nessa região são vinculadas à Cooperativa dos Garimpeiros</p>			

do Vale do Rio Peixoto – COOGAVEPE. Como resultado dessa atuação, a Conatpa elaborou um Cartilha de Prevenção a Acidentes com Mergulho, na atividade de garimpo fluvial.

Em decorrência da parceria com a Marinha do Brasil foram também realizadas as forças-tarefas para verificar as condições das embarcações, bem como dos pescadores, na atividade de pesca na região de Lagoa dos Patos, Rio Grande do Sul, e Bragança, Pará.

Por meio da parceria com a ANTAQ, a Conatpa desenvolve o Projeto Mar a Mar, que tem por objetivo principal verificar as condições de trabalho a bordo de navios, na medida em que a Agência comunica a esta Coordenadoria a chegada em águas jurisdicionais brasileiras de toda embarcação que não esteja em conformidade com os protocolos internacionais.

Por fim, a parceria com o MMFDH, atual Ministério das Mulheres, permitiu realizar levantamento de dados acerca dos casos de escarpelamento e auxiliará na divulgação da HQ que será lançada.

#### **Monitoramento 2º/2023:**

##### 1) Marinha do Brasil

O ACT com a Marinha do Brasil proporciona a realização de reuniões regulares entre representantes desta e do MPT e outras entidades relevantes, visando à troca de informações, análise de dados e discussão de questões relacionadas à segurança e condições de trabalho no ambiente marítimo.

Além de reuniões regulares, o ACT oportunizou a realização de inspeções conjuntas para investigar denúncias de incidentes marítimos e outras irregularidades. Fruto desta aproximação institucional, houve seminários do MPT com a participação da Marinha, proporcionando um fórum para o intercâmbio de conhecimentos, melhores práticas e capacitação.

##### 2) ANTAQ

O ACT com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) tem estabelecido um fluxo de envio de informações dos navios que apresentem inconformidades de acordo com os memorando de entendimento.

Ao enviar esses ofícios, a ANTAQ visa promover a transparência, a cooperação e a comunicação eficaz entre todas as partes envolvidas no transporte marítimo.

### **3.2 Forças-Tarefas nos Projetos Portos Seguros, Ouro Negro e Santiago.**

#### **Responsáveis**

Coordenadores Nacionais e Gerentes de Projeto

#### **Prazo**

**Em andamento**

#### **Objetivo:**

#### **Monitoramento 1º/2023:**

Em 2022 foram realizadas 6 Forças tarefas pelo Projeto Portos Seguros, com a visita a dez portos ou terminais. Neste primeiro semestre de 2023, foram realizadas duas FTs e estão previstas mais 4. No Projeto Ouro Negro Nacional foram realizadas duas operações em 2022. Pelo Ouro Negro Regional foram inspecionadas duas plataformas em 2022 e um já em 2023. Pelo Projeto Santiago, em 2022 foram realizadas duas Forças tarefas e outras duas em 2023. No projeto Mar a Mar foi realizada uma FT em 2023, no Porto de São Sebastião.

**Monitoramento 2º/2023:**

1) Portos Seguros

No segundo semestre de 2023, foram realizadas mais 3 FTs, totalizando 9 no ano de 2023.

2) Projeto Mar a Mar

No segundo semestre de 2023, foram realizadas mais 3 FTs, totalizando 4 no ano de 2023.

3) Projeto da Pesca (Santiago)

No segundo semestre de 2023, foram realizadas mais 2 FTs, totalizando 4 no ano de 2023.

**3.3 LIVRO COMEMORATIVO DOS 20 ANOS DA CONATPA****Responsáveis**

Flávia Bauler, Gustavo Chagas e Augusto Meirinho

**Prazo****Concluído****Objetivo:****Monitoramento 1º/2023:**

Finalização dos artigos e envio à SECOM para diagramação e finalização. Lançamento previsto para agosto de 2023.

**Monitoramento 2º/2023:**

Cerimônia de Lançamento e Seminário Comemorativo.

**3.4 Tratativas para assinatura de ACT com a Secretaria da Pesca****Responsáveis****Prazo****Concluído****Objetivo:****Monitoramento 1º/2023:**

Em análise da AGU para assinatura, minuta entregue e apreciada pela Secretaria Jurídica da PGT.

**Monitoramento 2º/2023:**

Assinatura do ACT realizada pelas instituições.

**3.5 Tratativas para assinatura de ACT com a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários****Responsáveis****Prazo****Em andamento****Objetivo:****Monitoramento 1º/2023:**

Em análise de minuta.

**Monitoramento 2º/2023:**

As tratativas de assinatura estavam avançadas, mas a troca do Ministro da Pasta atrapalhou o andamento das negociações. As tratativas com o novo Ministro foram reiniciadas, esperando-se que seja concluída em 2024.

